



AS REFORMAS E PROCESSO AVALIATIVO NO SISTEMA EDUCATIVO NO PERÍODO PÓS-COLONIAL EM ANGOLA 1975 A 2002

SOUSA DA SILVA SOBRINHO; SURAYA ROBERTO FILHO; JOSÉ JAIME
SATAMBOLA; ANTÓNIA MARIA SOBRINHO NETO

RESUMO

O ensino em Angola, tem sido permeado com diversas críticas, que vão desde as péssimas infraestruturas; pouca qualidade do ensino e dos profissionais, exclusão de inúmeras crianças do processo de ensino -aprendizagem, excesso de alunos em salas de aulas, métodos avaliativos tradicionais e outros que servem de motivações de debates em diversas esferas sociais e políticas. O presente trabalho com título: As reformas e processo avaliativo no sistema educativo no período pós-colonial em Angola. A pesquisa justifica-se pelo fato de se tratar de elementos que além da ajuda na melhoria do sistema educativo, permitem perceber os perfis de saída dos alunos para os variados ciclos ou níveis de ensino, bem como avaliar o desempenho e competências dos professores existentes e com ele definir-se rankings e a classificação de escolas do país. A construção do presente trabalho procura analisar as reformas e o processo avaliativo no sistema educativo angolano no período pós-colonial. Uma vez que as reformas e as avaliações no processo de ensino-aprendizagem não se configuram apenas como instrumento pedagógico, mas também social para contextualização e novas dinâmicas educativas. Para concretização do objetivo macro elaboramos como objetivos específicos: Descrever o processo sócio histórico da institucionalização do ensino formal em Angola; e fundamentar as reformas e o processo avaliativo no ensino. Para a construção do presente trabalho, baseamo-nos a uma pesquisa exploratória com recursos documentais e bibliografias públicas através de revistas científicas. Concluimos que, para efetivação, de fato, das reformas e as avaliações, o interesse político deve estar atrelado as intenções pedagógicas e condições prévias como: professores qualificados; infraestruturas-escolares alinhadas aos desafios impostos pelas reformas e avaliações.

Palavras-chave: Educação Formal; Ensino-aprendizagem; Sistema de ensino angolano.

1 INTRODUÇÃO

Em múltiplos contextos, avaliação tem vindo progressivamente a assumir um lugar de destaque em diversas situações, como mecanismo decisório de práticas que refletem sobre o segmento da vida social. Desse modo, tornou-se preocupação e motivo de estudo em diversos campos de conhecimento com realce as ciências humanas e sociais, como forma de não só manter ou inovar os processos de operacionalização dos sistemas, mas também de uma maior exigência da sociedade na consecução de condições de melhoria da qualidade de vida, bem-estar pessoal e profissional. No sistema educativo, ela configura-se como expositora de informações e estímulos que orientam a ação teórica e prática do currículo, assumindo-se nesta perspectiva como um procedimento metodológico indispensável do processo de ensino-aprendizagem.

No caso específico do sistema de ensino-angolano, avaliação de aprendizagem tem assumido de forma gradual destaque na análise e formulação de estratégia para melhoria dos problemas identificados no setor educativo. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho

orienta-se em analisar as reformas e o processo avaliativo no sistema educativo angolano.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para realização do presente trabalho recorreremos a uma pesquisa exploratória com recursos documentais e bibliográficos. Neste sentido, o nosso trabalho configura-se metodologicamente como estudo bibliográfico. “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto. Ela propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, ajudando a chegar a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183).

Com base o exposto, a realização dos estudos bibliográficos, permitiu-nos explorar fontes bibliográficas que abordavam sobre temáticas semelhantes à nossa como, livros, revistas científicas, teses e afins. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de ela permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente” (Severino, 2016, p. 73).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo sócio histórico da institucionalização do ensino formal em Angola

Etimologicamente a palavra Angola deriva da expressão quimbundo, N'gola, em referência ao título do soberano do Reino do Ndongo. Geograficamente, Angola localiza-se na zona Austral de África, com uma extensão territorial de 1.246.700 Quilômetros quadrados. Os limites fronteiriços compreendem: a norte pela República Democrática do Congo; a leste com a república da Namíbia, e sul com a República do Congo Brazavile.

Historicamente, antes do contato com os europeus muitos dos países africanos não dispunham de um sistema de ensino formal. Nestes moldes Angola, não foi exceção; o ensino era característico e desenvolvido com base o modo de vida de cada povo, atrelado a oralidade e na influência da geração adulta sobre a geração mais nova, ou seja, era um sistema de ensino informal.

A chegada dos Portugueses em 1482, na foz do rio Zaire (Angola) não só alterou as organizações políticas africanas, mas também marcou a introdução de um sistema de ensino formal através de campanhas de evangelização das missões cristãs de matriz católica em Angola que se empenharam em divulgar não apenas o cristianismo, mas também a língua portuguesa e a correspondente escrita, bem como rudimentos de matemática (Zau, 2009).

Desse modo, Portugal institucionaliza o sistema de ensino formal na colônia ultramar de Angola em 1845 através do decreto 14 de agosto exarado pelo então Ministro de Estado dos Negócios e da Marinha Ultramar, Joaquim José Falcão (Nguluve, 2010).

Segundo Tavares (2015), embora existia um sistema de ensino formal em Angola, o acesso era limitado apenas aos filhos de cidadãos portugueses nascidos na colônia e da população assimilada¹. Situação espelhada no Relatório do Ministério da Educação de Angola (MED) de 1977 como a razão do elevado contingente de analfabetismo da população angolana. Assim, podemos afirmar que o ensino colonial não era comprometido com o contexto político e sociocultural angolano, era sim um instrumento ideológico do sistema colonial que tinha como objetivo inculcar valores morais, éticos, políticos e religiosos acerca da realidade portuguesa, incluindo ideias de servilismos na consciência do angolano. Neste cenário a escola era uma forte instituição de expansão da cultura Portuguesa, com realce da língua portuguesa em detrimento das línguas angolanas (Vieira, 2007).

¹ Assimilado era uma categoria social criada pelo governo português durante o processo da colonização em Angola. Nesta categoria que faziam parte todos nativos que falavam, escreviam português e viviam de acordo aos padrões da cultura portuguesa.

Não obstante a desigualdade no acesso ao ensino, o sistema foi caracterizado também pelo alto nível de reprovações em função do desconhecimento da realidade de um currículo alheio. O processo de assimilação-aprendizagem sobre aspectos de um contexto a ser estudado pelo qual o aluno não faz parte é de certa forma condicionado quando comparado a uma situação em que o contexto em estudo o indivíduo pertence, pois, a absorção do conhecimento além da escrita e da oralidade é completo com vivências e experiências (Mendes; Silva 2013).

As reformas e o processo avaliativo no ensino angolano.

Conquistada a independência a 11 de novembro de 1975, o governo angolano entendeu a urgência imediata de fazer do sistema de educação um instrumento do estado e substituir todo o aparelho colonial da educação e ensino, promovendo no seio da sociedade angolana uma educação virada para o povo (escolas para todos), uma vez que as autoridades coloniais não a tinham implementado devido a sua política de exclusão e discriminação da maioria dos angolanos. É neste quadro que foi promulgada a Lei que nº 40/80 de 14 de maio de 1987, que consagrava a nacionalização do ensino.

O interesse da nacionalização do ensino, manifestava o compromisso e interesse do governo angolano com o futuro através da reforma educativa. Segundo Tavares (2015, 13), “é um processo de mudança global, complexo e demorado, visando alterar o estado das coisas e ajustá-las progressivamente às exigências conjunturais que em determinado momento se afirmam”. Como explica Januário (2020, p.61);

[...] uma reforma educativa é um conjunto de múltiplas iniciativas circunscritas em projetos, através dos quais se propõem alterações em larga escala, nos currículos e conteúdos escolares, tendo em vista a renovação, aperfeiçoamento ou redirecionamento das instituições educativas, baseadas em opções políticas que possibilitam a redefinição de finalidades e objetivos educativos (Januário, 2020, p.61).

Além da nacionalização do ensino, as reformas tiveram como base os seguintes postulados: a) igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos; b) gratuidade do ensino em todos os níveis; c) aperfeiçoamento constante do pessoal docente. E redefiniu o novo sistema de educação e ensino da seguinte forma: Um subsistema do Ensino de Base; um subsistema do Ensino Técnico-profissional; um subsistema do Ensino Superior.

Consolidada e implementada, as diretrizes da primeira reforma influenciaram na adesão e a inserção no sistema de ensino da população com idades escolar. A este respeito acadêmicos como Viera (2007) e Zau (2009) argumentam que, apesar dos anos de 1980/1981 terem consolidado o crescimento de explosão da classe estudantil no país, também, evidenciaram as limitações e insuficiências do sistema de ensino angolano. Entre eles: infraestruturas escolares; professores qualificados em todos níveis de ensino; escassez de materiais didáticos e outros.

Embora a intenção e definição clara da posição estratégica do ensino no desenvolvimento de uma nação, o governo angolano não levou em consideração criação de condições para o pleno funcionamento das reformas educativas. Pois, por se tratar de um processo complexo e de extrema importância, a vontade política não pode ser um elemento dissociável as diretrizes pedagógicas.

Assim, sem um estudo prévio das condições de implementação e funcionamento da mesma, o ensino angolano tornou-se alvo de inúmeras críticas do ponto de vista étnico e pedagógico relacionada avaliação das aprendizagens, justificada muitas das vezes pelos profissionais do sector pelas péssimas condições de trabalho e salários. Paralelamente a isso, o professor fez da avaliação como um instrumento de poder e a usou como meio para sufocar, cobrar, humilhar e muitas vezes apropriar-se de bens dos alunos em troca de uma nota de aprovação na disciplina ou ainda de uma série para outra. Lembra-nos Franco (1990) que o

fracasso escolar, evasão e a repetência estão também relacionadas com a utilização de modelos inadequados, parciais e fragmentados de avaliação.

Neste sentido, acreditamos, que avaliação das aprendizagens dos alunos é um instrumento poderoso implícito no processo educativo, influenciando pais e alunos a participarem e compreenderem os procedimentos avaliativos dos professores. Todavia, é definida como, meio pelo qual professor dispõe para obter informações a respeito dos avanços e das dificuldades dos alunos, constituindo um meio permanente de suporte do processo de ensino-aprendizagem, no sentido de contribuir para o planeamento de ações que ajudem o aluno a prosseguir, com êxito, no seu processo educacional (Januário; Morgado, 2020; Serpa, 2010).

4 CONCLUSÃO

De acordo as bibliografias consultadas para realização do presente estudo, percebemos que no período de 1975-2002, as reformas do ensino levada acabo pelo governo angolano não tinham apenas por intenção a promoção e divulgação da cultura angola através do ensino. Ela também permitiu o acesso à educação de um vasto contingente da população com idade escolar e a identificação das falhas do sector educativo herdado da colonização.

Desse modo, a reforma definiu a avaliação como um elemento fundamental inerente ao processo de ensino-aprendizagem. A instrumentalização desta importante ferramenta, é imperiosa a contextualização durante o processo avaliativo.

Nestes moldes, implicaria para uma avaliação ao serviço da eficácia, controle dos resultados das aprendizagens, orientadora do percurso escolar e certificadora de aprendizagem. Uma mudança não resumida apenas na vontade, mas na ação e transformação que o Ministério da educação revestiu a função da avaliação de aprendizagem como mero processo pedagógica, e passando a olhar além do processo pedagógico. Portanto, a função social da avaliação, implicaria a contextualização dos procedimentos avaliativos, igualmente adaptar a atuação docente às características individuais dos estudantes durante e ao longo do percurso de aprendizagem.

Para isso, faz-se necessário, para um novo sistema de avaliação que visa contribuir na promoção de aprendizagem no ensino básico em Angola, os seguintes elementos: Recrutamento de quadros qualificados e formação permanente dos profissionais, autonomia dos profissionais na contextualização das práticas pedagógicas e avaliativas, disponibilidade de materiais didáticos, salas de aulas com números de estudantes regularizados de acordo as normas pedagógicas instituídas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Mário Graça da; CAMPOS, Maria Aparecida Santos e. A educação em angola no século XV ao século XXI: um olhar pela organização, desenvolvimento e perspectiva do sector. **Revista científica multidisciplinar**. v.3, n.6, p. 2675-6218, jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i6.1686>. Acesso em 03 de jun. 2024.

JANUÁRIO, José; MORGADO José Carlos. A avaliação das aprendizagens no ensino secundário em angola: das concepções às práticas. *Revista de Estudos Curriculares* Vol. 11, nº 1, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em 03 de jul. 2024.

JANUÁRIO, José; MORGADO José Carlos. A avaliação das aprendizagens no ensino secundário em angola: das concepções às práticas. *Revista de Estudos Curriculares* Vol. 11, nº 1, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em 03 de jul. 2024.

MENDES, Maria; SILVA, Eugenio. (2013). **Avaliação, Acreditação e Gestão do Ensino**

Superior em Angola: percepções, desafios e tendências. Braga. CIEd, Universidade do Minho

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Educação angolana:** Políticas de reformas do sistema educacional. Moinho: Biscalchin Editor, 2010.

Serpa, Margarida da Silva Damião. (2010). **Compreender a Avaliação:** fundamentos para as práticas educativas. Lisboa: Edições Colibri

SEVERINO, António Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TAVARES, M. (2015). **Professor, Currículo e Mudança:** a reforma educativa em Angola. Benguela. Ondjiri Editores.

VIEIRA, Laurindo. Angola: **a dimensão ideológica da educação**, 1975-1992. Luana: Editorial Nzila, 2007.

ZAU, Filipe. **Educação em Angola:** novos trilhos para o desenvolvimento. Luanda: Movlivros, 2009.